



DOCUMENTOS TEMÁTICOS DA HABITAT III

11 – ESPAÇO PÚBLICO

Nova York, dia 31 de maio de 2015

(Versão não editada 2.0)





DOCUMENTO TEMÁTICO SOBRE ESPAÇO PÚBLICO

PALAVRAS-CHAVE

Socialmente inclusivo, inclusão de gênero, integrado, produtivo, conectado, ambientalmente sustentável, resistente, segurança urbana, compartilhamento de valor, placemaking (criação de lugares).

PRINCIPAIS CONCEITOS

- **Espaço público** – Espaços públicos são todos os lugares de propriedade pública ou de uso público, acessível e desfrutável por todos sem necessidade de pagamento e sem fins lucrativos. Isso inclui ruas, espaços abertos e instalações públicas.
- **Áreas comuns urbanas** – áreas comuns eram tradicionalmente definidas como elementos do meio ambiente – florestas, atmosfera, rios, áreas de pesca ou de pasto – que eram compartilhadas, usadas e desfrutadas por todos. Hoje, as áreas comuns também incluem bens públicos, tais como espaço público, mercados, educação pública, saúde e infraestrutura que permitem que a sociedade funcione.
- **Placemaking (Criação de Lugar)** – Placemaking se refere a um processo colaborativo de moldar o domínio público a fim de maximizar o valor compartilhado. Mais do que promover um melhor desenho urbano, placemaking facilita o uso, prestando particular atenção nas identidades físicas, culturais e sociais que definem um lugar.
- **Caminhabilidade** – O nível a que o ambiente construído é amigável para as pessoas que se deslocam a pé em uma área. Fatores que afetam a caminhabilidade incluem, mas não se limitam a: conectividade da rua; mix de uso do solo; densidade residencial; presença de árvores e vegetação; frequência e variedade de edifícios, entradas e outras sensações ao longo das fachadas da rua.
- **Igualdade** – envolve a (re)distribuição sistemática dos benefícios do crescimento ou do desenvolvimento, com estruturas legais que garantam 'condições de igualdade' e instituições que protejam os direitos dos pobres, das minorias e dos grupos vulneráveis.

DADOS E FATOS IMPORTANTES

Há uma atenção crescente ao espaço público. Em 2011, durante a 23ª Sessão do Conselho de Administração da ONU-Habitat, Estados membros mandataram a ONU-Habitat para consolidar o trabalho de toda a agência sobre espaço público, desenvolver e promover a política de espaço público, coordenação, disseminar o conhecimento e ajudar diretamente as cidades em iniciativas de espaço público.¹ O Grupo de Trabalho Aberto da ONU encarregado de elaborar os Objetivos de

¹ Resolução 23/4 da ONU-Habitat sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável através do Acesso aos Espaços Públicos.



Desenvolvimento Sustentável 2016-2030 propôs um décimo primeiro Objetivo 11 “Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”. Uma das metas propostas é “até 2030, garantir acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.

Neste contexto, em uma amostragem global de 120 cidades, a soma de todas as áreas urbanas que não são cobertas por superfícies impermeáveis foi estimada entre 30 por cento até quase a metade.²

Dentre as 40 cidades estudadas³, apenas 7 destinaram mais de 20% das terras para ruas no núcleo de suas cidades, e menos de 10% em suas áreas suburbanas. Na Europa e na América do Norte os núcleos das cidades têm 25% das terras destinadas às ruas, enquanto áreas suburbanas têm menos de 15%. Na maioria dos núcleos das cidades do mundo em desenvolvimento, menos de 15% da terra é destinada para ruas e a situação é ainda pior nos subúrbios e nos assentamentos informais, onde menos de 10% das terras são destinados a ruas. Este é um reflexo das enormes desigualdades em muitas cidades do mundo em desenvolvimento.

Entre 1980-2000, o total de taxas de criminalidade registradas no mundo cresceu em torno de 30% e estima-se que cerca de 15% desses crimes têm um componente do desenho e da gestão do espaço público.⁴ Isso resultou em um crescimento de comunidades fechadas, seladas por muros e instalações de segurança sofisticadas, que surgiram em quase todas as cidades da América Latina e da África.⁵

Ao longo dos últimos 30 anos, os espaços públicos estão se tornando altamente comercializados e estão sendo substituídos por edifícios privados ou semi-públicos. A comercialização divide a sociedade e acaba por separar as pessoas em diferentes classes sociais.

RESUMO DO TEMA

O caráter de uma cidade é definido por suas ruas e espaços públicos. Desde praças e avenidas até jardins do bairro e parques infantis, o espaço público molda a imagem da cidade. A matriz que conecta as ruas e os espaços públicos forma o esqueleto da cidade sobre o qual tudo mais repousa. O espaço público assume muitas formas espaciais, incluindo parques, ruas, calçadas e caminhos que ligam, parquinhos de recreação, mercados, mas também espaços entre prédios ou acostamentos, que muitas vezes são espaços importantes para os pobres urbanos, e em muitos contextos as praias também são espaços públicos. Isso não significa que todos os espaços públicos são “espaços abertos” - uma biblioteca, uma escola ou outras instalações públicas também são espaços públicos. O espaço público constitui o cenário para uma panóplia de atividades - as festividades cerimoniais da cidade multicultural, as atividades da cidade comercial, o movimento de bens e pessoas, a provisão de infraestrutura, ou o ambiente para a vida comunitária e os meios de subsistência dos pobres urbanos

– tais como vendedores de rua ou catadores.

² Angel, S. (2012), *Planet of Cities* (pp. 208-212).

³ ONU-Habitat (2013) *Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity*. Nairobi.

⁴ ONU-Habitat, Relatório Global sobre Assentamentos Humanos (2007), *Realçar a Segurança e Proteção Urbanas*.

⁵ Land Use Policy, Volume 25, Issue 2, April 2008, Pages 153–160.



O espaço público gera equidade. Onde o espaço público é inadequado, mal concebido, ou privatizado, a cidade se torna cada vez mais segregada. As linhas são desenhadas com base na religião, etnia, gênero e status econômico porque as pessoas não se encontram ou conhecem. O resultado pode ser uma cidade polarizada, onde as tensões sociais são susceptíveis a inflamar e onde mobilidade social e oportunidade econômica são sufocadas.⁶ O planejamento e desenho adequados dos espaços públicos levantam questões relativas ao direito das pessoas à liberdade de expressão artística, reunião política e empoderamento cívico, para desfrutar, se engajar e trocar com todos.

Ruas e espaços públicos bem desenhados e mantidos ajudam a diminuir as taxas de criminalidade e violência⁷ e abrem espaço para atividades sociais, culturais e econômicas formais e informais que contribuem para melhorar a confiança mútua e a segurança. O espaço público pode ser o cenário para o crime que cria guetos urbanos e compromete a boa governança. Em muitas vilas e cidades alguns espaços públicos não são mantidos, deixados no abandono, com sua vitalidade e potencial perdidos. O desafio de manter espaços públicos é responsabilidade dos municípios, mas também há um papel para os cidadãos, as comunidades e, claro, o sector privado.

Uma cidade pode enfrentar a desigualdade através da disponibilização de espaços públicos inclusivos, seguros e acessíveis. Garantir a densidade adequada é importante no apoio à formação de capital social. Às vezes autoridades locais ignoram o uso do espaço público pelos pobres, embora o espaço público seja “a sala de estar dos mais pobres”, importante para o lazer, o desenvolvimento social, cultural e econômico de grupos vulneráveis.⁸ O espaço público como um bem comum é o fator-chave para o cumprimento dos direitos humanos, o empoderamento das mulheres e a oferta de oportunidades para a juventude. Melhorar o acesso e a participação das pessoas mais vulneráveis é uma ferramenta poderosa para melhorar a equidade, promover a inclusão e combater a discriminação no espaço público. Habitação inadequada deve ser compensada por provisões generosas de espaço público de boa qualidade. Investimentos em ruas e infraestrutura de espaços públicos melhoram a produtividade urbana, os meios de subsistência e permitem melhor acesso aos mercados, aos empregos e aos serviços públicos, especialmente nos países em desenvolvimento onde mais da metade da força de trabalho urbana é informal.

A dimensão do serviço público de manter as ruas e espaços públicos onde as autoridades locais podem trabalhar junto com os cidadãos e o sector privado para gerir e manter os bens comuns urbanos é importante, por exemplo, os City Improvement Districts, em Johannesburgo, África do Sul. O setor privado geralmente não consegue fornecer espaço público genuinamente acessível nem conectividade urbana mais ampla, de modo que o papel dos governos locais na defesa e manutenção das áreas comuns é fundamental.

O espaço público gera valor econômico substancial. Há evidências de que um espaço público bem planejado e bem gerido tem impacto positivo sobre o preço das propriedades residenciais próximas. Nos Países Baixos, uma vista para o parque elevou os preços das casas em 8%, enquanto em Berlim, proximidade a playgrounds aumentou o valor da terra em até 16%. O espaço público bem gerido incentiva a confiança de investimento, por exemplo, o volume de negócios em uma grande avenida

⁶ ONU-Habitat, 2012 Placemaking and the Future of Cities.

⁷ Refere-se ao Documento Temático n. 2 sobre Cidades mais Seguras.

⁸ Key Messages, Future of Places Conference II, Buenos Aires 2014 - <http://futureofplaces.com/2015/07/future-of-places-2013-2015-key-messages/>



em Londres aumenta entre 5-15% depois de investimentos em um espaço público das proximidades.⁹ O aumento no valor da propriedade pode ser capturado e compartilhado, uma vez que contribui para a receita pública e investimento. A partilha do valor do uso do solo requer instrumentos específicos, tais como avaliação, tributação ou reajustamento do uso do solo. Concentrando-se em ruas e espaços públicos como um caso de negócio para a regeneração urbana pode ajudar cidades como motores de desenvolvimento econômico e social. A gentrificação, que pode melhorar os valores de propriedade, dificilmente pode ser objetada, particularmente quando gera recursos, regeneração e novos serviços na cidade. No entanto, a adoção de políticas redistributivas é crucial para redirecionar os recursos municipais gerados pela gentrificação para melhorar o abastecimento, a quantidade e a distribuição do espaço público em bairros menos favorecidos.

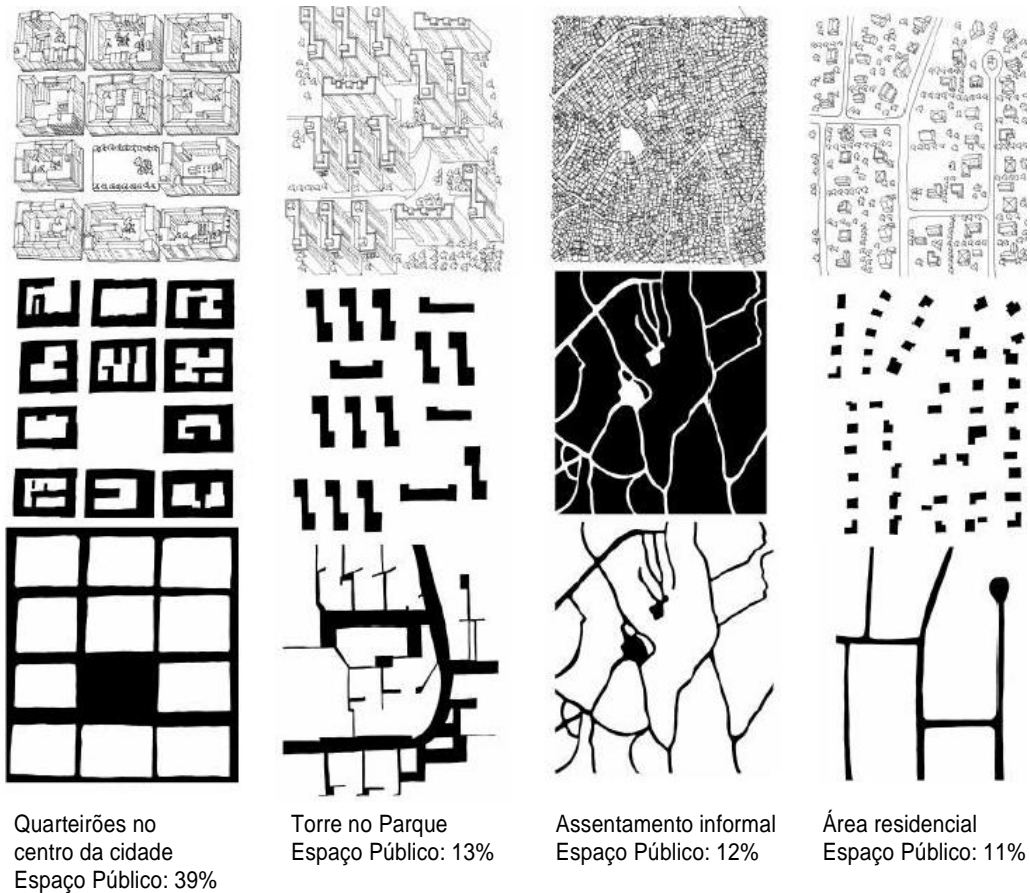
Ruas e espaço público como motores do desenvolvimento econômico. Bons espaços públicos desempenham um papel decisivo na atração de investimento, usos e atividades, assim melhorando a segurança; aumentando os valores de propriedade, gerando receita municipal; proporcionando oportunidades de interação econômica e melhorando as oportunidades de subsistência. Uma boa matriz conectada do espaço público tem impacto sobre a produtividade econômica, uma vez que melhora a eficiência da cadeia de abastecimento, reduzindo os custos de produção e promovendo a mobilidade de bens e pessoas. O espaço público proporciona importantes benefícios para todos os tipos de negócios, tanto formais como informais. Em particular, os espaços públicos onde os negócios informais podem ser realizados fornecem aos moradores urbanos mais pobres preciosas oportunidades de subsistência. Espaço público compartilhado é importante - por exemplo, vendedores de rua muitas vezes dividem espaço com outras pessoas que usam o espaço público.¹⁰ A vibração do espaço público tem uma relação direta com a densidade urbana, além do uso misto e da mistura social.

O contexto importa. Existem diferenças significativas em espaços públicos entre diferentes zonas climáticas, em diferentes contextos culturais e sociais, e entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento, em partes formais e informais da cidade, assim como a utilização flexível do espaço por diferentes grupos de pessoas ao longo do tempo. Isto cria diferentes padrões e quantidades de espaço público, como mostrado na imagem abaixo.¹¹

⁹ ONU-Habitat Global Report in Human Settlements Planning Sustainable Cities (2009).

¹⁰ ONU-Habitat, 2009 Planning Sustainable Cities: Global Report in Human Settlements, pp 148-149.

¹¹ ONU-Habitat apresentação sobre extensão da cidade.



Os espaços públicos devem ser vistos como áreas multifuncionais para a interação social, o intercâmbio econômico e a expressão cultural entre uma grande diversidade de pessoas e devem ser desenhados e administrados para garantir o desenvolvimento humano, a construção de sociedades pacíficas e democráticas e promover a diversidade cultural.

O espaço público é fundamental para a sustentabilidade ambiental. Espaços públicos adequadamente planejados e desenhados desempenham um papel fundamental nas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Espaços verdes abertos podem minimizar as emissões de carbono ao absorver carbono da atmosfera. Uma melhoria de 10% na qualidade da caminhada de uma rua poderia levar a uma redução de 15 kg de emissões de CO₂ por domicílio por ano uma vez que a dependência do carro diminui.¹² Os espaços verdes podem agir como sistema de drenagem sustentável, moderador de temperatura solar, fonte de corredores de refrigeração, abrigo contra o vento e habitat de vida selvagem. Muitas prefeituras estão usando planejamento e projeto para catalisar a regeneração urbana, criar espaços públicos social e culturalmente inclusivos e promover o “verdeamento” da cidade. Governos locais e nacionais estão desenvolvendo políticas que promovam áreas compactas, habitáveis e com espaço público adequado que facilitem o transporte público e incentivem a caminhada e o uso da bicicleta, reduzindo assim as emissões de carbono. A cidade compacta é a única forma ambientalmente sustentável de uma cidade, prestando atenção a grupos

¹² ONU-Habitat, Declaração Política Urbanização Para Prosperidade, 25ª Sessão do Conselho de Administração.



com necessidades especiais, como pessoas com deficiência. Estudos demonstram que a interação com a natureza através do espaço público verde é associada à saúde geral e mental.¹³ A Organização Mundial da Saúde recomenda um mínimo de 9 metros quadrados de espaço verde per capita e que todos os moradores vivam a uma distância de 15 minutos a pé do espaço verde. Outros estudos sugerem que serviços de ecossistemas urbanos, como a redução da poluição do ar e o arrefecimento urbano, têm múltiplos benefícios a longo prazo para a saúde.¹⁴

Fortalecimento dos quadros legais para proteger o espaço público. Quadros legais fracos associados a más políticas e uma vontade política frágil resultarão em apropriação de terras públicas, captura de benefícios por atores privados e conflitos entre comunidades e governo sobre o uso do espaço público. À medida que a urbanização prossegue, pequenas proporções de espaço público são criadas e protegidas. Os papéis da legislação, regulamentação e execução são mecanismos chave para garantir a provisão, a vitalidade e a utilidade do espaço público para o longo prazo. Uma política clara, que reconheça a capacidade de fazer cumprir as leis e regulamentos, é vital para tornar o espaço público bem gerido, assim como para proteger o espaço público. Idealmente, os sistemas de planejamento urbano devem ter a exigência de um espaço público adequado como parte dos planos locais e municipais.

Fortalecimento do conhecimento, ferramentas e abordagens para um espaço público viável ao nível da cidade. A atenção na quantidade, distribuição, acessibilidade e qualidade do espaço público nas cidades tem sido fragmentada, especialmente com falta de dados comparativos. Embora algumas cidades meçam a porcentagem do espaço aberto, não existem instrumentos acordados ou indicadores para avaliar tanto a quantidade ou a qualidade do espaço público. Há assim um papel fundamental da academia e da pesquisa no desenvolvimento destes instrumentos e indicadores para trazer este assunto para o primeiro plano.

O espaço público se presta bem a abordagens participativas. O acesso e participação no espaço público é um primeiro passo para o empoderamento cívico. A criação, proteção, gestão e desfrute do espaço público são oportunidades ideais para o envolvimento de todos os cidadãos, garantindo que interesses individuais e diferenciados sejam transformados em práticas colaborativas.¹⁵ A busca por ferramentas de engajamento na garantia e manutenção de espaços públicos tem estimulado o conceito de place-making (criação de lugares) que inspira as pessoas a re-imaginar e reinventar coletivamente os espaços públicos e melhorar seus bairros. O espaço público permite que a população permaneça engajada e reivindique uma posição na cidade. Isto implica respeitar e proteger uma série de direitos e liberdades, tais como o direito à liberdade de expressão e de reunião, o direito à informação, consulta e participação nos processos de tomada de decisão. Uma boa cidade deveria promover a coesão social e construir capital social, envolvendo a comunidade no desenho, gestão e manutenção do espaço público. As abordagens interdisciplinares e participativas do espaço público são uma oportunidade para planejadores, profissionais paisagistas, arquitetos, técnicos e designers expressarem plenamente seus papéis.

Reivindicações conflitantes sobre a disponibilidade do espaço público de uso misto, entre os

¹³ Elmquist, Th., Fragkias, M., Goodness, J., Güneralp, B, Editors (2013) A Global Assessment “Urbanization, Biodiversity and Ecosystem Services: Challenges and Opportunities” p. 199.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ ONU-Habitat (Março de 2015), Report of the Seventh Session of the World Urban Forum: Urban Equity in Development – Cities for Life.



vendedores de rua, pedestres e carros, por exemplo, podem ser transformadas em elementos proativos que garantam que a paisagem urbana reflita nossas sociedades complexas, histórias e diversidade cultural. O espaço público reflete classe, gênero, idade e diferenças étnicas na forma como as pessoas usam as ruas e os espaços públicos. Alguns grupos, como mulheres, crianças, migrantes indocumentados ou os pobres, podem ser excluídos do espaço público por violência ou controle. Como o espaço público é o lugar de convivência e tolerância, mas também da diferença e do conflito no uso ao longo do tempo, às vezes requer mediação e estabelecimento de mecanismos de resolução de conflitos para reconciliar as diferenças.

Políticas e estratégias em toda a cidade devem garantir o planejamento, desenho e gestão dos espaços públicos em diferentes escalas. Garantir a distribuição em toda a cidade de espaços públicos é uma maneira dos governos reduzirem as desigualdades e realocarem benefícios. O benefício de preparar uma estratégia/política em toda a cidade é a proteção e criação de uma rede de espaços públicos de alta qualidade. Sem uma estratégia/política clara, é difícil para os governos locais priorizar, gastar e planejar recursos e mostrar o quanto o espaço público é valorizado, e mitigar os impactos negativos das intervenções específicas do local (por exemplo, gentrificação). Um quadro de política estratégica forte, apoiado pelo desenho urbano, é essencial. Surpreendentemente, nem todos os planos urbanos contêm orientações suficientes para a criação, layout e desenho de espaços públicos.

Um novo paradigma está evoluindo para criar ou proteger espaços públicos. Permitindo componentes da nova agenda urbana estão as regras e a legislação para criar e proteger o acesso aos espaços públicos, planejamento e desenho urbano para fornecer quantidade adequada e boa qualidade de espaço público, e finança e economia urbana para compartilhar valores, promover o desenvolvimento econômico local e fornecer emprego e atrair investimento.¹⁶

Garantir espaço público em extensões planejadas da cidade, city infills (preenchimento dos espaços disponíveis na malha urbana) e melhoria de favelas como parte da agenda de desenvolvimento urbano. Em muitas cidades, pequenas proporções de espaço público estão sendo criadas e protegidas. Em áreas formalmente desenvolvidas é essencial proteger e melhorar o espaço público existente, aumentar a segurança, melhorar a gestão e o planejamento, e aumentar o acesso; padrões de planejamento podem proteger o espaço público do desenvolvimento e apoiar a criação incremental de novos espaços públicos, como em Hong Kong, onde investidores que criam novos parques de bolso (em inglês: pocket parks) em espaços restritos recebem maior espaço de construção em troca. Em assentamentos informais, uma abordagem participativa de melhoria de favela pode identificar espaços onde a intervenção liderada pela comunidade pode melhorar as instalações e serviços sem grandes realocações, como a abordagem de re-blocking (reconfiguração e reposicionamento das habitações em assentamentos muito densos de acordo com uma estrutura espacial elaborada pela comunidade) do Slum Dwellers International na Cidade do Cabo, África do Sul, onde a pavimentação de caminhos e vias de acesso, o melhoramento da drenagem e o fornecimento de espaços de recreação está melhorando a qualidade de vida. Em extensões urbanas planejadas, alocações mais generosas podem ser realizadas garantindo alocações de espaço público que sejam cultural e climaticamente apropriadas.

Desenvolvimento urbano orientado pelo espaço público. Quando o planejamento se concentra em

¹⁶ ONU-Habitat (2013) Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity. Nairobi.



fornecer um abastecimento adequado de espaço público conectado com o objetivo de apoiar uma densidade urbana adequada, é possível avançar com infraestrutura, loteamento e desenvolvimento do solo de uma forma mais eficiente e sustentável. O espaço público pode levar ao desenvolvimento urbano ao assegurar que as construções só serão permitidas se o espaço público tiver sido organizado antes do desenvolvimento. Esta ligação entre o espaço público e o desenvolvimento urbano precisa ser entendida em cada contexto e enquadramento jurídico, a fim de impedir a criação de espaços públicos não gerenciados e/ou com deficiências, comuns a muitas cidades. Particularmente nas últimas décadas, diversas cidades colocaram o espaço público no centro do desenvolvimento urbano, como Bogotá, na Colômbia.

Objetivo/meta do Espaço Público. A ONU-Habitat está propondo um conjunto de metas para o total de solo urbano destinado a ruas e espaços públicos para assegurar fundações adequadas para a cidade. A proposta de objetivo/meta de espaço público sugerida é que 45%¹⁷ da terra deve ser alocada para ruas e espaço público. Isso pode ser dividido em 30% para ruas e calçadas e 15% para espaços abertos, espaços verdes e instalações públicas.¹⁸ A meta para conectividade de ruas é entre 80-120 cruzamentos por quilômetro quadrado.¹⁹ A um nível ótimo de 100 cruzamentos por km² com cada rua tendo uma largura média de 15m²⁰, as ruas de uma cidade ocupariam cerca de 28% da área total. Isso também deve ser complementado por um objetivo qualitativo que avalie a acessibilidade, o uso e a segurança, entre outros aspectos.

PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A AÇÃO

1. A nível regional e municipal, as estratégias por toda a cidade precisam se concentrar não apenas em lugares e espaços, mas na forma, função e conectividade da cidade como um todo.
2. As autoridades locais devem ser capazes de desenhar a rede do espaço público como parte de seus planos de desenvolvimento.
3. A nível de bairro, o desenho urbano deve ser trabalhado junto com as comunidades para fomentar a inclusão social, celebrar o multiculturalismo, e viabilizar modos de vida urbanos, criando assim espaços ricos e vibrantes nas áreas comuns urbanas.
4. Leis e regulamentos precisam ser revistos, para estabelecer sistemas propícios para criar, revitalizar, gerenciar e manter o espaço público, incluindo processos participativos para definir a sua utilização e gerenciar o acesso a espaços públicos.
5. A partilha do valor da terra e ferramentas de reajuste da terra serem amplamente adotadas e promovidas para que os municípios capturem os valores privados gerados por espaços públicos melhores, para sustentar o investimento no espaço público.
6. O investimento no espaço público precisa ser canalizado como um motor de desenvolvimento econômico e social, levando em consideração as conexões urbano-rurais.
7. Conforme as cidades se expandem, a terra necessária para ruas e espaços públicos, bem como para redes de infraestrutura pública, deve ser assegurada. Projetos urbanos precisam garantir espaço público adequado nas extensões planejadas da cidade, city infills (preenchimento dos

¹⁷ Definido por aqueles que alcançam uma densidade mínima de 150 habitantes por hectare, o limiar mínimo para um sistema de transporte público viável.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ <http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/StreetPatterns.pdf>

²⁰ Largura mínima para uma via de uma faixa por direção, estacionamento de rua, arborização e calçada.



espaços disponíveis na malha urbana) planejados, e projetos participativos de melhoria dos assentamentos informais. Instrumentos para permitir a criação de espaço público a partir de terras de propriedade privada são de importância fundamental.

8. Debate sobre metas, indicadores e princípios sobre como medir a distribuição, a quantidade, a qualidade e a acessibilidade do espaço público.

PLATAFORMAS E PROJETOS

Programa Global da ONU-Habitat em Espaço Público - trabalha em espaço público, desenvolve e promove abordagens de espaço público, coordena parceiros, dissemina conhecimento e auxilia diretamente as cidades no desenvolvimento de estratégias de espaço público em todo o seu território - <http://www.urbangateway.org/publicspace>

Rede Global da ONU-Habitat em Laboratórios de Urbanismo Design – Oferece serviços para governos nacionais, regionais e locais sobre o desenvolvimento de uma abordagem integrada e holística para o desenvolvimento urbano com foco em áreas de conhecimento: ordenamento do território, legislação e governança e economia e finanças. <http://unhabitat.org/urban-themes/planning-and-design/>

Rede Global da ONU-Habitat sobre Cidades Mais Seguras - é uma plataforma internacional para cidades e partes interessadas empenhadas em prevenir o crime e melhorar a segurança urbana nas cidades - <http://unhabitat.org/global-network-on-safer-cities/>

Fórum Futuro dos Lugares (Future of Places) - é uma colaboração entre a ONU-Habitat, fundação Ax:son Johnson e Projeto para Espaços Públicos com o objetivo de advogar sobre a importância do espaço público e placemaking no planejamento urbano - <http://futureofplaces.com/about-future-of-places/>

Os Documentos Temáticos Habitat III foram preparados pelo Grupo de Trabalho do Habitat III das Nações Unidas, uma força-tarefa das agências e programas da ONU que trabalham juntos para a elaboração da Nova Agenda Urbana. Os Documentos Temáticos foram finalizados durante a oficina de escrita do Grupo de Trabalho da ONU em Nova York, de 26 à 29 de maio de 2015.

Este Documento Temático foi liderado pela ONU-Habitat com contribuições da CDB e ONU Mulheres.

Documento traduzido livremente por Marina Teixeira, através da plataforma UNV online (www.onlinevolunteering.org). Revisão técnica gentilmente realizada por CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.